



## 9º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza Bruxelas, 25 e 26, Junho 2010

2010: para um novo pacto social

Relatório Síntese



### INTRODUÇÃO

Cerca de 130 delegados (pessoas que vivem em situação de pobreza) procedentes de todos os Estados Membros da União Europeia e da Noruega bem como de 80 representantes das diversas Instituições da UE, ONG e do mundo académico participaram no 9º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza. O Encontro centrou-se: 1) na avaliação do acompanhamento dos Encontros precedentes e 2) nas prioridades futuras para a acção da UE, aproveitando a oportunidade do Ano 2010, Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social constituir uma alavanca para um novo pacto social.

O Encontro foi organizado pela Presidência Espanhola da União Europeia, representada por Isabelle MARTINEZ, que deu as boas-vindas aos participantes e manifestou a esperança de que este evento contribuísse para fortes compromissos na declaração final do Ano 2010. Assinalando 2010, o Encontro teve lugar, pela primeira vez, no Parlamento Europeu. Pervenche BERÈS, eurodeputada, Presidente do Comité do Emprego e dos Assuntos Sociais deu as boas vindas aos delegados e apelou a um novo equilíbrio entre as políticas económicas e sociais, salientando que a UE tem trabalhado para que as pessoas tenham voz e sejam ouvidas. Adélia FERNANDES<sup>1</sup>, representante do 8º Encontro, na sua intervenção durante a sessão de abertura, sublinhou a importância das pessoas em situação de pobreza terem voz e participarem no processo de inclusão social.

### AVALIAÇÃO DO IMPACTO DOS ENCONTROS PRECEDENTES

Em resposta ao pedido de avaliação do impacto produzido pelos anteriores Encontros Europeus, a Comissão Europeia apresentou um quadro que visa mostrar a relação entre as discussões ocorridas aquando dos Encontros Europeus e as acções encetadas pela Comissão. Nas suas intervenções, as representantes da Comissão (Lenia SAMUEL Directora-geral e Antonia CARPARELLI, chefe de divisão, DG Emprego Assuntos Sociais & Igualdade de Oportunidade) apresentaram uma síntese do quadro abaixo.

Adicionalmente, com o apoio do Ministério Belga dos Assuntos Sociais, a EAPN promoveu uma investigação sobre o impacto dos Encontros Europeus, tendo sido os resultados preliminares desta investigação apresentados também no 9º Encontro.

---

<sup>1</sup> Delegada portuguesa nos 8º e 9º Encontros Europeus

<b>Follow up dos apelos resultantes dos Encontros Europeus das Pessoas que vivem em Situação de Pobreza</b>	
<b>ÁREA 1: OBJECTIVOS TRANSVERSAIS</b>	
<i>Apelos dos Encontros</i>	<i>Resposta da Comissão</i>
Reduzir o fosso entre as políticas económicas e sociais	EUROPA 2020; Objectivo calculado de redução da pobreza, nova linha directriz social para certificar o acompanhamento.
Prioridade à Inclusão Activa, Pobreza Infantil e Migrantes	Estas questões foram objecto de um acompanhamento que prosseguir-se-á no futuro programa de trabalho da Comissão.
Implicação dos meios de comunicação social	2010 foi designado como Ano europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social para sensibilizar e envolver os meios de comunicação social.
<b>ÁREA 2: INCLUSÃO FINANCEIRA</b>	
<i>Apelos dos Encontros</i>	<i>Resposta da Comissão</i>
Os instrumentos do Microcrédito deverão ser implementados	O novo instrumento de microcrédito para os jovens e profissionais que trabalham por conta própria, parcialmente financiado pelo PROGRESS.
Rendimento mínimo adequado para viver em dignidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Recomendação sobre Inclusão Activa de 2008 inclui esta exigência</li> <li>• O Relatório de Acompanhamento sobre a adequação dos mecanismos de rendimento mínimo nos Estados Membros</li> <li>• O Relatório do Parlamento Europeu que defende a existência de esquemas de rendimento mínimo acima do limiar da pobreza</li> <li>• Prioridade no âmbito da Mesa Redonda de 2010 e o encontro informal dos ministros.</li> </ul>
<b>ÁREA 3: EXCLUSÃO NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO E O FENÓMENO DOS SEM-ABRIGO</b>	
A luta contra o fenómeno dos sem-abrigo deveria ser prioritária.	O ano temático 2009 sobre os sem-abrigo - resultados no Relatório conjunto
A Habitação deveria ser uma prioridade dos Fundos Estruturais	Decisão de utilizar os Fundos estruturais para melhorar o parque habitacional
<b>ÁREA 4: SERVIÇOS</b>	
Direito universal de acesso aos serviços sociais	Identificado como o Terceiro Pilar da Inclusão Activa
Acesso a cuidados de saúde acessíveis e de qualidade para todos	Comunicação da Comissão sobre Desigualdades na Saúde
Igualdade de oportunidades na Educação	EUROPA 2020: objectivo chave de redução do abandono escolar precoce; a iniciativa marco

	"Juventude em Movimento"
Serviços básicos e energia a preços acessíveis para todos	O pacote da "Energia" da UE contempla um enfoque na "pobreza energética"
<b>ÁREA 5: PARTICIPAÇÃO</b>	
Participação deve ser regular e ter uma estrutura e estatuto formal	Prioridade chave no âmbito da Plataforma Europeia no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão social
Diálogo a todos os níveis	Uma Plataforma Europeia de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social deveria reforçar a participação e um maior envolvimento de todos os <i>stakeholders</i> , no âmbito do MAC social
Participação das pessoas em situação de pobreza	Objectivo chave do MAC social; Ano europeu 2010, e reforçado no âmbito da Plataforma Europeia de luta contra a Pobreza e a Exclusão social
Indicadores para monitorizar a participação	A Comissão apoiou um estudo sobre o envolvimento de todos os <i>stakeholders</i> , que acaba de ser finalizado

Danielle DIERCKX, da Universidade de Antuérpia, Bélgica, explicou que o objectivo da investigação era abordar as seguintes questões:

- A. Qual é o impacto nas pessoas em situação de pobreza?
- B. Qual é o impacto nos actores da sociedade civil e nas instituições?
- C. Qual é o impacto nas políticas europeias e nacionais para combater a pobreza?
- D. Como avalia a participação nos Encontros?

Os primeiros resultados mostram que a avaliação da participação nos Encontros é muito positiva, com uma percentagem de satisfação de 75%. No entanto, o impacto dos Encontros nas políticas indica uma contradição: 59% das instâncias decisoras crêem que os Encontros têm um impacto nas políticas enquanto que 78% das pessoas em situação de pobreza consideram que têm pouco ou nenhum impacto no desenvolvimento das políticas.

Os resultados completos desta investigação estarão disponíveis para a Mesa Redonda sobre a Inclusão Social (Outubro de 2010)

### **PRIORIDADES FUTURAS PARA A ACÇÃO EUROPEIA**

Os workshops proporcionaram a oportunidade para a reflexão sobre a avaliação do impacto dos Encontros, mas centraram-se principalmente nas sugestões de prioridades futuras. Os delegados materializaram as suas prioridades sobre cubos, apresentados aquando da sessão de encerramento.

**Relatório dos Workshops:** O relator final sintetizou os resultados em três perguntas:

***O que significa pobreza no ano 2010?*** Embora a pobreza ainda seja negada, é uma realidade bem visível em 2010. A pobreza não pode ser reduzida a um só elemento, mas é um fenómeno multidimensional onde os diferentes aspectos estão interligados. Assim, o acesso a uma habitação condigna não se obtido sem um rendimento adequado, o que está também ligado às condições de saúde, etc. Para dissolver esta complexidade, impõe-se uma abordagem holística. Por outro lado, as pessoas em situação de pobreza não constituem um grupo homogéneo e esta diversidade deve ser

tida em conta na elaboração de estratégias eficazes. Para delimitar esta complexidade, devem ser evitadas as definições demasiado gerais assim como indicadores demasiado restritivos, evitando limitar estes indicadores ao crescimento económico, mas que tenham em consideração a protecção social. Por último, é evidente que a pobreza existia antes da crise, mas a crise acentuou-a fragilizando populações desfavorecidas, sendo primordial evitar os cortes nos orçamentos sociais.

***Quem quer lutar contra a pobreza?*** As instâncias de decisão política devem acentuar a visibilidade das acções empreendidas, implicar as pessoas afectadas na elaboração, aplicação e avaliação das políticas. A participação das pessoas em situação de pobreza deve estar no centro das estratégias e acções políticas num processo onde os decisores políticos são responsabilizados pelas suas decisões. Inicialmente, esta participação será mais facilmente implementada do nível local para os diferentes níveis de poder até ao nível europeu. Embora contribua profundamente para o desenvolvimento e o crescimento das pessoas em situação de pobreza, a participação só é eficaz se encontra uma verdadeira e responsável vontade política. Tanto os delegados como os decisores políticos lamentaram o desvio que persiste entre a teoria e a realidade. Apesar dos direitos estarem contemplados na lei não são necessariamente respeitados nem aplicados.

Salientaram que o acesso a uma habitação digna e adequada continua a ser muito difícil e que, além disso, os custos energéticos ligados à habitação aumentaram consideravelmente. Também insistiram na injustiça ligada a diferenças de rendimentos, os juros elevados das dívidas, preconizando um debate urgente sobre um rendimento mínimo adequado.

***Como devemos combater a pobreza?*** Os instrumentos existentes, as políticas e as leis devem ser melhor utilizados/aplicadas (Carta dos Direitos fundamentais, Fundos Europeus...) de forma a reduzir/suprimir o fosso entre as declarações e realidades. O combate à pobreza necessita de uma abordagem global.

É evidente que a pobreza existia antes da crise e que esta a aumentou enfraquecendo as populações já fragilizadas; por conseguinte, cortar nos subsídios sociais deve ser evitado. A sobrevivência quotidiana não pode basear-se em solidariedades informais.

A prioridade é melhorar as condições **habitacionais**; garantir a cada cidadão europeu uma habitação decente é uma condição básica para uma vida digna. O acesso a uma habitação condigna continua a ser difícil e os custos energéticos sofreram um aumento significativo.

As grandes disparidades entre os níveis de rendimento, as taxas de juro elevadas aplicadas ao reembolso das dívidas foram destacadas, dando origem a um debate sobre a urgência de um **rendimento mínimo adequado**.

Num futuro próximo, é urgente quebrar o ciclo de reprodução da pobreza mobilizando meios para a luta contra a **pobreza infantil**. Dar resposta às necessidades das crianças, é responder às necessidades de todos: habitação, saúde, acessos aos serviços, rendimento, emprego, etc. Tomar medidas para lutar contra a pobreza infantil é combater todos os aspectos da pobreza e ao mesmo tempo, é propor soluções para a **pobreza das famílias**.

O acesso à **educação** é uma condição de base para investir num futuro melhor para as crianças. O acesso aos **serviços sociais** é uma estratégia que melhorar a situação das famílias.

Foi igualmente sublinhado a criação de oportunidades de **trabalho digno**.

A Plataforma Europeia de Luta contra a Pobreza proposta, deve incluir todos os *stakeholders*, incluindo as pessoas em situação de pobreza. A **participação** deve ser implementada, envolvendo as pessoas em situação de pobreza desde o início do processo, durante a monitorização, até à avaliação das

políticas. Para que a participação constitua uma experiência positiva, as instâncias decisoras devem ser responsáveis por decisões transparentes.

## **REFLEXÕES**

As questões referidas nos relatórios dos workshops foram abordadas por Juan MATO, Director-geral das Políticas Sociais da Família e Infância do Ministério da Saúde e da Política Social de Espanha, por **Robert VERRUE**, Director-eral do DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, por Ludo HOREMANS, Presidente da EAPN, por Aurelio FERNADEZ LOPEZ, Presidente do Comité Europeu de Protecção Social e por Phillipe COURARD, Secretário de Estado da Integração Social e da Luta contra a Pobreza, da Presidência Belga da UE. Todos estes representantes garantiram aos delegados que os resultados dos Encontros são um contributo importante para os decisores políticos, respondendo cada um deles aos aspectos específicos dos relatórios dos workshops que mais os afectaram.

Na sessão de encerramento do Encontro, Erzsebet BARTA, Ministra dos Assuntos Sociais da Hungria, referiu-se aos Encontros Europeus como um momento único. As pessoas em situação de pobreza podem falar das suas experiências e do seu quotidiano. O seu mérito reside no intercâmbio de boas práticas e no fortalecimento da cooperação entre os actores. Mencionou ainda o compromisso forte em continuar o diálogo. A Hungria organizará o 10º Encontro em 2011.